

## 1824 - 2024

## 200 anos da 1ª Constituição do Brasil

Poucos meses antes da proclamação da Independência, mais precisamente em junho de 1822, o Imperador D. Pedro I havia convocado uma Constituinte com a tarefa de elaborar uma constituição para o Reino do Brasil projeto este abandonado com o advento da independência politica do Brasil em 07 de setembro de 1822.

Decorridos 8 meses do Grito do Ipiranga, precisamente em 03 de maio de 1823, é instalada a Assembléia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, integrada por 84 dos 100 deputados de 14 províncias. De fora apenas Pará, Maranhão, Piauí e Província Cisplatina (hoje Uruguai), ainda envolvidas em guerras de Independência.

Dela faziam parte a elite política e intelectual da época como magistrados, membros do clero, fazendeiros, senhores de engenho, altos funcionários do Império, militares e professores.

Após 6 meses de trabalho, os deputados apresentaram um projeto de constituição que tinha como fundamentos:

- excluir da vida política a maioria da população;
- instituir um sistema eleitoral censitário que exigia renda mínima equivalente a 150 alqueires de plantação de mandioca;
- limitar os poderes do Imperador, valorizando e ampliando os poderes do Legislativo.

O projeto, redigido por Antônio Carlos de Andrada, irmão de José Bonifácio e de Martim Francisco, calcado nas Cartas francesa e norueguesa, continha 272 artigos de teor liberalizante e de contenção do poder do monarca.

De ressaltar que na época ainda ecoavam os ideais de liberdade por conta da Independência das colônias da América e da Revolução Francesa, além de outros movimentos de libertação.

Já prevendo possível retaliação por parte do Imperador, o relator do projeto propôs que os membros da constituinte ficassem em sessão permanente na noite de 12 de novembro de 1823, naquela que ficou conhecida como a "noite da agonia", quando tropas do Imperador invadiram o Plenário da antiga Cadeia Velha, hoje Palácio Tiradentes, a Constituinte dissolvida e seus membros presos, e alguns como os irmãos Andrada exilados na França.

Tal projeto viria a ser conhecido como "Constituição da Mandioca", em função de exigir renda mínima para o direito a voto em alqueires de plantação de mandioca.

Nova tentativa do Imperador de dotar o país de uma constituição foi feita a partir da nomeação de um Conselho de Estado, composto por 10 membros, para redigir o projeto que

resultaria na 1ª Constituição do Brasil, outorgada por D. Pedro I, no dia 25 de março de 1824, estabelecendo poderes absolutos ao Imperador, entre os quais se destacavam:

- Monarquia constitucional, hereditária e representativa:
- Províncias sem qualquer autonomia, governadas por pessoas indicadas pelo Imperador;
- Poderes Legislativo, Poder Moderador (neutro), Poder Executivo e Judiciário;
- Considerava cidadãos aqueles nascidos no Brasil, incluídos libertos e ingênuos (referência indireta à escravidão);
- Tinham direito a voto homens livres com renda superior a 200 mil Réis e maiores de 25 anos;
- Instituía o catolicismo como religião oficial.

A mais longeva de nossas constituições, vigeu por 65 anos até a Proclamação da Republica em 1889.

Até o momento tivemos 7 Constituições (1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988).

Há quem considere a Emenda nº 1 à Constituição de 1967, outorgada pela Junta Militar em 1969, como outra constituição.

A atual constituição, em vigor no Brasil há 35 anos, é fruto do trabalho da Assembleia Nacional Constituinte, presidida pelo deputado Ulysses Guimaraes e composta por 559 parlamentares, a qual foi promulgada em 05 de outubro de 1988, vindo consolidar a transição do regime autoritário para o democrático.

É a segunda mais extensa do mundo com seus 250 artigos, atrás apenas da constituição da Índia.

Desde então foi modificada 140 vezes, via 128 Emendas regulares, seis Emendas aprovadas na revisão de 1994 e pela incorporação de seis Tratados Internacionais sobre direitos humanos com força de emenda constitucional.

Para efeito de comparação, a 2ª constituição mais antiga do mundo, a dos Estados Unidos da América (antes dela só a da República de San Marino de 1600), em 230 anos sofreu 27 Emendas, sendo considerada a menor constituição escrita do mundo, com apenas 7 artigos e 27 Emendas, em 5 páginas.

 Artigo divulgado em Sessão da Loja Comércio e Artes, no "Tempo de Estudos" do dia 25/3/2024, pelo M.·.I.·. Ir.·. Abramo Antonio Scarlato – CIM 201119

Abramo Antonio Scarlato